Resenha bibliográfica 3

Export promotion: the case of Brazil*

Savasini, José Augusto Arantes. Export Promotion: The Case of Brazil. Nova York: Praeger, 1978. 141 pp.

ELIANA A. CARDOSO **
RAUL W. DOS REIS VELLOSO **

1 - Introdução

Conciso e relevante o estudo de Savasini sobre a política de promoção de exportações no Brasil.

Savasini desenvolve uma análise de custo-benefício da política de subsídios iniciada em 1964 e acelerada a partir de 1968. O estudo se desenvolve sob a hipótese de país pequeno, considerando-se o Brasil como um fornecedor marginal de produtos manufaturados no mercado mundial. O fato de que, antes de 1965, nossos produtos exportados não se achavam isentos de impostos indiretos, enquanto outros países já adotavam tal procedimento, colocava os produtos brasileiros em desvantagem no mercado internacional. A partir de 1965, além da isenção dos impostos indiretos, a exportação de manufaturados foi subsidiada através da disponibilidade de crédito barato e de subsídios calculados através de uma legislação especial do IPI, do ICM e do Imposto de Renda.

O rápido crescimento das exportações e sua diversificação são dois fatos constantemente apontados como indicadores do sucesso da po-

^{**} Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

^{*} Os autores agradecem a R. Dornbusch pela discussão desta resenha e por suas valiosas sugestões.

lítica de subsídios às exportações. Entre 1964 e 1975, a quantidade de produtos manufaturados exportados e as exportações totais cresceram, em média, 16,1 e 9,8% ao ano, respectivamente. A comparação dessas taxas com a estagnação das exportações durante a década de 50 e princípios da de 60 forneceria a primeira evidência do êxito da política de promoção às exportações. Além disso, as exportações de produtos manufaturados cresceram de 6 para 30% do total das exportações entre 1964 e 1975, enquanto que, tradicionalmente, o País dependia de um ou dois produtos agrícolas para geração de divisas. A diversificação das exportações no período 1964/75 constituiria, assim, a segunda evidência do sucesso dessa política.

Entretanto, segundo Savasini, é possível demonstrar que essa política foi inadequada sob dois aspectos. Em primeiro lugar, os setores relativamente menos eficientes na geração de divisas estrangeiras estariam sendo os mais fortemente subsidiados. Em segundo, os setores exportadores mais absorvedores de mão-de-obra estariam recebendo relativamente menores subsídios do que aqueles menos intensivos nesse fator de produção.

Esta resenha discute essencialmente a adequação do procedimento de Savasini para a obtenção de suas conclusões.

Existem dois pontos para os quais vale a pena chamar a atenção do leitor. O primeiro se refere à discussão de Savasini sobre métodos alternativos para a avaliação do custo de oportunidade da promoção de exportações (explora-se este aspecto de natureza teórica na segunda seção). Existe, porém, um outro ponto ainda mais importante que diz respeito a possíveis distorções na ordenação obtida por Savasini para os setores exportadores, o que comprometeria suas conclusões (discute-se este aspecto mais fundamental na última seção).

2 — Custo dos Recursos Domésticos e Taxa Efetiva de Proteção

No capítulo quatro – "O Custo da Divisa Estrangeira em Termos de Recursos Domésticos" – Savasini procura justificar o uso do método conhecido como Custo dos Recursos Domésticos (CRD), para a avaliação do custo de oportunidade da promoção de exportações no Brasil. A discussão resulta um tanto confusa, principalmente no que concerne à tentativa de comparação do método do Custo dos Recursos Domésticos (CRD) com outra medida conhecida como a Taxa Efetiva de Proteção (TEP). ¹

O método do Custo dos Recursos Domésticos (CRD) tem sido utilizado, na prática, não apenas na análise de custo-benefício de projetos de investimento, visando ora à substituição de importações, ora à promoção de exportações, ² como em estudos aplicados à estrutura de produção existente num dado instante do tempo. Neste caso, procura-se avaliar, comparativamente, o custo da proteção dada a determinados setores e identificar os mais eficientes na geração de divisas estrangeiras. ³ Para tanto, procura-se medir o custo de oportunidade dos recursos domésticos envolvidos na geração de uma unidade extra de divisa estrangeira, através de produção adicional do bem exportado ou do bem substituidor de importações. A razão entre os custos e a receita líquida de divisas para um determinado bem é uma medida do preço-sombra da taxa de câmbio relativa

- ¹ A nomenclatura inglesa correspondente é, no primeiro caso, DRC (Domestic Resource Costs) e, no outro, ERP (Effective Rate of Protection).
- ² Para a experiência pioneira de Israel, ver as referências em M. Bruno. "Domestic Resource Costs and Effective Protection: Clarification and Synthesis", in Journal of Political Economy, n.º 80 (janeiro de 1972), pp. 63-69. Não foi encontrada evidência de que agências do Governo brasileiro tenham incorporado o método CRD, ou algo semelhante, nas suas rotinas de avaliação de projetos. Além do esforço do IPEA/INPES nessa área, através de Edmar Lisboa Bacha, Aloísio Barbosa de Araújo, Milton da Mata e Rui Lyrio Modenesi, Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971), n.º 1, não existem estudos sistemáticos de projetos, a posteriori.
- ³ Ver A. O. Krueger, "Some Economic Costs of Exchange Control: The Turkish Case", in Journal of Political Economy, n.º 74 (outubro de 1966), pp. 466-480, para a Turquia; e M. Bruno, Interdependence, Resource Use and Structural Change in Israel (Jerusalém: Banco de Israel, 1963), para Israel. No caso brasileiro, o estudo de Savasíni sob apreciação parece ser um dos primeiros em forma de publicação definitiva.

ao mesmo bem. Esta medida se conhece como Custo dos Recursos Domésticos e se define como:

$$CRD \equiv \frac{VC}{VU}$$

onde: VC = valor adicionado medido em termos de seu custo social em cruzeiros; e

 $VU \equiv$ valor adicionado em dólares.

Uma vez que se admita a hipótese de país pequeno, os preços em dólares dos produtos exportados e importados são dados, e a existência de tarifas afeta apenas os preços domésticos desses bens. Assim sendo, a existência de tarifas na economia pequena não cria problemas conceituais para a medida do valor adicionado em dólares. Entretanto, a existência de tarifas e outras distorções dificultam a medida do valor adicionado em cruzeiros. Se não existissem distorções na economia, preços observados e custos de oportunidade seriam iguais; mas, uma vez que elas existem, cabe perguntar: quais os preços que devem ser usados para calcular o valor adicionado em termos do custo social dos fatores em cruzeiros? 4

A resposta a esta questão é obtida mais facilmente examinando-se um exemplo desenvolvido em Corden. 5

Suponha-se que existam duas indústrias, E (importável) e X (exportável), numa economia pequena, e que se procura avaliar um

- ⁴ Ver R. Findlay e S. Wellisz, "Project Evaluation, Shadow Prices and Trade Policy", in Journal of Political Economy, n.º 84 (junho de 1976), pp. 543-552; e T. N. Srinivasan e J. N. Bhagwati, "Shadow Prices for Project Selection in the Presence of Distortions: Effective Rates of Protection and Domestic Resource Cost", in Journal of Political Economy, n.º 86 (fevereiro de 1978), pp. 97-116. Uma discussão anterior encontra-se sob a forma de um modelo simples de programação linear em M. Bruno, "The Optimal Selection of Export-Promoting and Import-Substituting Projects", in Planning the External Sector: Techniques Problems and Policies (Nova York: Nações Unidas, 1965).
- ⁵ Ver W. M. Corden, Trade Policy and Economic Welfare (Londres: Oxford University Press, 1974), pp. 397-398. Neste exemplo, Corden se baseia na metodologia de apuração de custos e benefícios recomendada em I. M. D. Little e J. A. Mirrlees, Manual of Industrial Project Analysis in Developing Countries, vol. 2 (Paris: OECD, 1969).

projeto de instalação de uma outra, Q, através da realocação dos fatores utilizados nas indústrias existentes. Existe uma tarifa de 50% sobre E, e a taxa de câmbio observada é 1 cruzeiro = 1 dólar.

Supondo-se que não haja impostos ou subsídios sobre as exportações, o custo dos recursos marginais retirados da indústria X, aos preços de mercado, serão idênticos ao valor social da queda das exportações (por exemplo: 40 cruzeiros). Quanto aos recursos marginais que saem da indústria E, que se supõe protegida por uma tarifa de 50%, o custo social será menor do que o custo calculado em termos dos preços de mercado (por exemplo: 60 cruzeiros e 90 cruzeiros, respectivamente). Finalmente, suponha-se que o benefício associado com o projeto novo corresponde a um valor marginalmente superior a 100 dólares.

Ora, avaliando-se os custos e benefícios aos preços-sombra, vê-se que o projeto estaria exatamente na margem de lucratividade social (com custos de 100 cruzeiros e benefícios marginalmente superiores a 100 dólares), enquanto que em termos privados ter-se-ia prejuízo. Segue-se, portanto, que a nova indústria deve ser protegida por uma tarifa ou subsídio que é positivo mas menor do que 50%. 6

Se, em lugar deste procedimento correto, utilizam-se os preços observados, ou seja, os preços domésticos protegidos, obtém-se uma medida de proteção efetiva, mas não um instrumento de análise de projetos adequado para a mensuração dos custos sociais dos fatores. 7

6 Observe-se que o procedimento dos CRD equivale à maximização do valor do produto doméstico a preços internacionais.

7 O desenvolvimento moderno do conceito de proteção efetiva encontra-se ligado aos nomes de C. L. Barber, "Canadian Tariff Policy", in Canadian Journal of Economics and Political Sciences, n.º 21 (novembro de 1955), pp. 513-530; H. G. Johnson, "The Theory of Tariff Structure with Special Reference to World Trade and Development", in Trade and Development (Genebra: I.U.H.E.I., 1965), e "The Theory of Effective Protection and Preferences", in Economica (maio de 1969), pp. 119-138; B. Balassa, "Tariff Protection in Industrial Countries; An Evaluation", in Journal of Political Economy, n.º 73 (dezembro de 1965), pp. 573-594; e M. Corden, "The Structure of a Tariff System and the Effective Protective Rate", in Journal of Political Economy, n.º 74 (junho de 1966), pp. 221-239. A controvérsia acerca dos méritos relativos do uso de CRD e TEP, que T. N. Srinivasan e J. N. Bhagwati, op. cit., procuram resolver, é longa e confusa. Ver o debate na edição de 1972 do Journal of Political Economy entre M. Bruno, "Domestic Resource...", op. cit., A. O. Krueger, "Evaluating

Savasini portanto está correto em usar como instrumento de trabalho o Custo dos Recursos Domésticos (CRD), embora sua escolha não se encontre fundamentada coerentemente ao longo de sua discussão sobre o tema.

3 — Dificuldades de mensuração

Para obter o CRD de cada um dos diversos setores de exportação, é necessário calcular o custo social do valor adicionado em cruzeiros, VC, para cada setor e seu valor adicionado em dólares, VU, por unidade de produto.

Savasini é bastante cuidadoso na obtenção dos custos sociais em cruzeiros, e suas medidas aproximam-se tanto quanto possível de uma medida adequada.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer quanto ao cálculo do valor adicionado em dólares. Observe-se que a medida do valor adicionado em dólares não apresenta dificuldades conceituais: qualquer que seja o critério adotado, CRD ou TEP, os preços usados para medir o valor adicionado em dólares são sempre os preços internacionais. Não obstante, Savasini calcula a expressão para os gastos com importações por unidade de produto multiplicando o vetor das importações requeridas por unidade de produto pela matriz $[I-A]^{-1}$, onde A é a matriz de insumo-produto em cruzeiros. Posteriormente transforma a expressão obtida em dólares, usando a taxa de câmbio oficial. Como os preços em cruzeiros das mercadorias incluem as tarifas, o custo internacional das importações obtido está superestimado. Em conseqüência, é possível que a ordenação dos CRD para os diferentes setores não seja aquela obtida no livro, o que se pode demonstrar através de um exemplo simples.

Suponha-se que dois bens de exportação, A e B, são produzidos, com iguais valores adicionados em cruzeiros, $VC_A \equiv VC_B \equiv 0.8$,

Restrictionist Trade Regimes: Theory and Measurement", pp. 48-62, e B. Balassa e D. M. Schydlowsky, "Domestic Resource Costs and Effective Tariffs, Domestic Cost of Foreign Exchange, and the Equilibrium Exchange Rate", no *Journal of Political Economy*, n.º 76 (maio/junho de 1966), pp. 147-160.

e iguais preços internacionais, $p_A^* \equiv p_B^* \equiv 1$ dólar. Admita-se que a produção de A necessita de 0,2 unidades de um intermediário importado, M, ao preço $p_M^* \equiv 1$ dólar, c a de B também utiliza 0,2 unidades de outro intermediário importado, N, que também custa 1 dólar ($p_N^* \equiv 1$ dólar). Existe uma tarifa de 100% sobre o intermediário M usado na produção de A.

Usando-se o procedimento correto (CRD), obtém-se:

$$CRD_A = \frac{VC_A}{VU_A} = \frac{0.8}{1 - 0.2(1)} = 1 = CRD_B$$

Enquanto que a medida de Savasini (S) implicaria:

$$S_A = \frac{0.8}{1 - 0.2 (2)} = 1.33 > S_B = 1$$

Este exemplo ilustra a inadequação da medida de Savasini. Como as tarifas não são uniformes e os setores exportadores usam intermediários importados em diferentes proporções, a ordenação dos CRD obtida por Savasini encontra-se distorcida. O viés introduzido por ele na mensuração dos CRD pode ser expressado como:

$$S = \phi CRD$$

onde:

$$\phi = \frac{p_i^* - \sum_{j} a_{ij} \ p_j^*}{p_i^* - \sum_{j} a_{ij} \ p_j^* \ (1 + t_j)} \frac{1 - \sum_{j} \Theta_{ij}}{1 - \sum_{j} \Theta_{ij} \ (1 + t_j)}$$

sendo:

 $p_i^* \equiv \text{preço internacional do produto } i;$

 $p_i^* \equiv \text{preço internacional do intermediário } j;$

 $t_j \equiv \text{alíquota tarifária sobre o intermediário } j;$

 $a_{ij} \equiv ext{quantidade}$ do intermediário j utilizado na produção de uma unidade do produto i; e

$$\Theta_{ij} \equiv a_{ij} p_j^* / p_i^*.$$

Resenha Bibliográfica 3

A expressão acima mostra que a medida de Savasini distancia-se da medida correta para o Custo dos Recursos Domésticos, tanto mais quanto maiores os impostos tarifários efetivos sobre o setor em questão.

Portanto, não é necessariamente verdadeira a conclusão de que os setores mais eficientes na geração de divisas estrangeiras e mais absorvedores de mão-de-obra sejam aqueles que têm recebido os menores subsídios.

Por último, vale a pena lembrar que a mensuração correta dos Custos dos Recursos Domésticos responde ao mesmo tempo às perguntas sobre a eficiência na geração de divisas estrangeiras e sobre a adequada absorção de mão-de-obra, não se justificando portanto a colocação dessas questões como dois problemas separados.

De outro lado, recomendações para mudanças da política de subsídios às exportações não se podem basear apenas nesses números. Mais importante talvez seja o estudo de como a demanda dos produtos brasileiros de exportação deve comportar-se nos próximos anos.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Índice do Volume 9, 1979

ARTIGOS E RESENHAS (por ordem de paginação)	
Inflação e Agricultura João Sayad	l
Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste Gervásio Castro de Rezende	33
Estratégias Energéticas para Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento	83
Programação Matemática com Critérios Múltiplos: Uma Formulação para o Problema de Seleção de Carteiras	113
A "Produção de Mercadorias" de Piero Sraffa: Uma Inter- pretação Luis Otavio Façanha e Jorge Jatobá	143
Taxa Salarial e Formas de Expressão do Valor	157
Subcontratação e "Emprego Disfarçado" na Industrialização Brasileira Anna Luiza Ozorio de Almeida	167
Instabilidade Macroeconômica, Crescimento Econômico a Curto Prazo e Dependência Externa de Países em De- senvolvimento Nathaniel H. Leff e Kazuo Sato	185
Deficit Orçamentário e Salários Reais: A Experiência Brasi- leira na Década de 60 Eliana A. Cardoso	215

Mudanças no Sistema Econômico Interamericano	237
Comportamento, Formulação de Decisões e Organização: A Contribuição de Herbert Simon à Economia	261
Santos, Milton — Pobreza Urbana	265
Ativos Financeiros Indexados e o Mecanismo de Realimentação Inflacionária no Brasil Paul Beckerman	271
Os Ajustamentos de Fronteira do ICM, o Comércio Interestadual e Internacional e a Autonomia Fiscal dos Estados	315
Taxas Cambiais Fixas e Flexíveis e a Oferta de Alimentos	351
Capital e Taxa de Juros em Sraffa Ricardo Tolipan	379
A Política de Irrigação no Nordeste: Intenções e Resultados	411
Características Estruturais da Indústria Brasileira: Uma Análise de Insumo-Produto Paulo Fontenele e Silva	447
Estrutura de Emprego e Salários na Agricultura Brasileira José Garcia Gasques e José Jorge Gebara	481
Um Comentário sobre as Limitações à Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento: Lições da Experiência Latino-Americana	491
Coordenação e Interdependência de Atividades na Organização Governamental Jorge Vianna Monteiro	505

Organização Industrial: A Necessidade de uma Teoria Eduardo Augusto de Almeida Guimarães	517
	 ,
Leme, Mariza Saent – A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945) Maria Thereza L. de Souza Lobo	531
Noble, David F. – America by Design: Science, Technology, and the Rise of Corporate Capitalism	
José Tavares de Araujo Jr.	539
Paiva, Ruy Miller – A Agricultura no Desenvolvimento Eco- nômico: Suas Limitações como Fator Dinâmico	
Miranda Neto	549
O Efeito do Crescimento Demográfico sobre Medidas de Distribuição da Renda	559
Crescimento Econômico, Salários Urbanos e Rurais: O Caso do Brasil	585
Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil	629
Educação e Desigualdade da Renda Urbana no Brasil: 1960/80 Jacques R. Velloso	661
Estimação da Desigualdade dentro de Estratos no Cálculo do fudice de Gini e da Redundância Rodolfo Hoffmann	719
Politicas de Incentivo no Brasil Bela Balassa	739
Minidesvalorizações e Indexação Salarial: Alguns aspectos da Experiência Brasileira na Década de 70	- 20
·····.Eliana A. Cardoso	783
Uma Contribuição para a Reforma do ICM: O Caso dos Ajustamentos de Impostos na Fronteira Carlos A. Longo	803

Padrões de Instabilidade entre Culturas da Agricultura Brasileira Fernando B. Homem de Melo	819
O Capital Humano numa Função de Produção da Agricultura de São Paulo Joaquim J. de C. Engler	845
Taxas Cambiais Fixas e Flexíveis e a Oferta de Alimentos: Um Comentário	885
Taxas Cambiais Fixas e Flexíveis e a Oferta de Alimentos: Réplica	895
Napoleoni, Claudio – Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a História do Pensamento Econômico	899
Werneck, Dorothea F. F Emprego e Salários na Indústria de Construção	905
Savasini, José Augusto Arantes — Export Promotion: The Case of Brazil Eliana A. Cardoso e Raul W. dos Reis Velloso	911
AUTORES (por ordem alfabética)	
ARAUJO, Aloisio Barboza de	265
ARAUJO JR., José Tavares de	539
BACHA, Edmar L. Crescimento Econômico, Salários Urbanos e Rurais: O Caso do Brasil	585
BAER, Werner. Mudanças no Sistema Econômico Interamericano	237
BALASSA, Bela. Políticas de Incentivo no Brasil	739

BALTAR, Paulo Eduardo. Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil	629
BECKERMAN, Paul. Ativos Financeiros Indexados e o Mecanismo de Realimentação Inflacionária no Brasil	271
CARDOSO, Eliana A. Deficit Orçamentário e Salários Reais: A Experiência Brasileira na Década de 60	215
CARDOSO, Eliana A. Minidesvalorizações e Indexação Salarial: Alguns Aspectos da Experiência Brasileira na Década de 70	783
CARDOSO, Eliana A. Taxas Cambiais Fixas e Flexíveis e a Oferta de Alimentos: Um Comentário	885
CARDOSO, Eliana A	911
COES, Donald V. Mudanças no Sistema Econômico Interamericano	237
DE FARO, Clovis. Programação Matemática com Critérios Múltiplos: Uma Formulação para o Problema de Seleção de Carteiras	113
EKERMAN, Raul. Taxa Salarial e Formas de Expressão do Valor	157
ENGLER, Joaquim J. de C. O Capital Humano numa Função de Produção da Agricultura de São Paulo	845
FAÇANHA, Luis Otavio. Λ "Produção de Mercadorias" de Piero Sraffa: Uma Interpretação	143
FONTENELE E SILVA, Paulo. Características Estruturais da Indústria Brasileira: Uma Análise de Insumo-Produto	117

GASQUES, José Garcia. Estrutura de Emprego e Salários na Agricultura Brasileira	481
GEBARA, José Jorge. Estrutura de Emprego e Salários na Agricultura Brasileira	481
GILBERT, Roy	905
GOLDEMBERG, José. Estratégias Energéticas para Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento	83
MAIA GOMES, Gustavo. A Política de Irrigação no Nordeste: Intenções e Resultados	411
GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida. Organização Industrial: A Necessidade de uma Teoria	517
HOFFMANN, Rodolfo. Estimação da Desigualdade dentro de Estratos no Cálculo do Índice de Gini e da Redundância	719
HOMEM DE MELO, Fernando B. Padrões de Instabilidade entre Culturas da Agricultura Brasileira	819
JATOBA, Jorge. A "Produção de Mercadorias" de Piero Sraffa: Uma Interpretação	143
LEFF, Nathaniel H. Instabilidade Macroeconômica, Crescimento Econômico a Curto Prazo e Dependência Externa de Países em Desenvolvimento	185
LEME, Mariza Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945) (Resenha)	531
LOBO, Maria Thereza L. de Souza	531
I.ONGO, Carlos A. Uma Contribuição para a Reforma do ICM: O Caso dos Ajustamentos de Impostos na Fronteira	803

LUSTOSA, Leonardo J. Programação Matemática com Critérios Múltiplos: Uma Formulação para o Problema de Soloção do Conteiros	119
Seleção de Carteiras	113 549
MONTEIRO, Jorge Vianna. Comportamento, Formulação de Decisões e Organização: A Contribuição de Herbert Simon à Economia	261
MONTEIRO, Jorge Vianna. Coordenação e Interdependência de Atividades na Organização Governamental	505
MORLEY, Samuel A. O Efeito do Crescimento Demográfico sobre Medidas de Distribuição da Renda	559
NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a História do Pensamento Econômico (Resenha)	899
NOBLE, David F. America by Design: Science, Technology, and the Rise of Corporate Capitalism (Resenha)	539
OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza. Subcontratação e "Emprego Disfarçado" na Industrialização Brasileira	167
PAIVA, Ruy Miller. A Agricultura no Desenvolvimento Eco- nômico: Suas Limitações como Fator Dinâmico (Resenha)	549
REZENDE, Gervásio Castro de. Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste	33
SANTOS, Milton. Pobreza Urbana (Resenha)	265
SATO, Kazuo. Instabilidade Macroeconômica, Crescimento Econômico a Curto Prazo e Dependência Externa de Paí-	10~
ses em Desenvolvimento	185

JAYAD, João. Inflação e Agr	ricultura
	ais Fixas e Flexíveis e a Oferta
	ais Fixas e Flexíveis e a Oferta
	o Mínimo e Taxa de Salários no
FOLIPAN, Ricardo. Capital	e Taxa de Juros em Sraffa
TOLIPAN, Ricardo	
o Comércio Interestadua	stamentos de Fronteira do ICM, al e Internacional e a Autono-
	cação e Desigualdade da Renda /80
VELLOSO, Raul W. dos Rei	s
tações à Cooperação Ec	e. Um Comentário sobre as Limi- onômica entre Países em Desen- experiência Latino-Americana
	Emprego e Salários na Indústria

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971. Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social.



CDD 330.05 CDU 33(81) (05) IPEA — Serviço Editorial: Nilson Souto Maior (Revisão);
 Gilberto Vilar de Carvalho (Coordenação de vendas).

Colaboraram na edição do volume 9 de Pesquisa e Planajamento Econômico:

Anna Luiza Ozorio de Almeida, Thompson Andrade, Alfredo Behrens, Fernando de Holanda Barbosa, Eliana A. Cardoso, Antonio F. Carraro, Claudio M. Considera, Raul Eckerman, Clovis de Faro, Carmosina N. Ferreira, Léo da Rocha Ferreira, Maria da Conceição Silva, Martim O. Smolka, Raul W. dos Reis Vellosc, Ricardo Varsano, Dorothea F. Werneck.